

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 99ª REUNIÃO**

Data: 20 e 21 de fevereiro de 2008, das 09h30 (do dia 20) às 18h45 (do dia 21).

Local: no dia 20 no Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e no dia 21 na Sala Gavião Real do IBAMA-Centre, ambos em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro (hugo.suarez@mj.gov.br);
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis (jose.reis@integracao.gov.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Viana de Assis (sma.neusaa@cetesbnet.sp.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Luis Vinícius de Aragão Costa (luis.aragao@srh.ba.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: Breno Bergson Santos (brenobergson.santos@semarh.se.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson Agostinho Bonança (wbonganca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);
12. Indústrias: Elisa Romano (edezolt@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);

DEMAIS PRESENTES:

- Martha Regina Von Borstel Sugai - COPEL (martha.sugai@copel.com);
- Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br);
- Rubens M. Luiz - Ministério da Integração Nacional (rubens.lui@integracao.gov.br);
- Breno Esteves Lasmar - IGAM (breno.lasmar@igam.mg.gov.br);
- Christian A. H. Govastki - MME (christian.govastki@mme.gov.br);
- Luiz Firmino M. Pereira - SERLA/RJ (firmino.serla@gmail.com);
- Maria Aparecida Pimentel Vargas - Zona da Mata Gerações (vargasma@terra.com.br);
- Luiz Gustavo Evelyn - Ministério da Defesa (adj3saei-1@hotmail.com);
- Rossana Gasparini - Elabore Consultoria (rossana.gasparini@elabore.com.br);
- João Clímaco (Conselheiro) - Copodhemfe (climaco@uai.com.br);
- Lucas de Carvalho Doca - Elabore Consultoria (lucas.doca@elabore.com.br);
- Osman Fernandes da Silva - ANA (osman.silva@ana.gov.br);
- João Luiz Nicolodi - MMA (joao.nicolodi@mma.gov.br);
- Ademilson Zamboni - MMA (ademilson.zamboni@mma.gov.br);
- Antônio Edson Guimarães Farias - MME (antonio.farias@mme.gov.br);
- Demetrios Christofidis (Conselheiro) - MEC (dchristofidis@gmail.com);
- Manoel Imbiriba Júnior (Conselheiro) - CERH-PA/TO (imbiribajr@yahoo.com.br);

RELATORIA:

- Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br);

56 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

57 Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de fevereiro de 2008, no Auditório da Secretaria
58 de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, em Brasília-DF, iniciou-se a 99ª
59 Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho
60 Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O **Sr.**
61 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes,
62 declarou abertos os trabalhos e desejou um bom ano de trabalho em prol da gestão dos
63 recursos hídricos do País. **Item 1 - Informes:** o **Sr. Marco Amorim**, da Secretaria Executiva
64 do CNRH, informou sobre o encaminhamento do Ofício nº 42/2007/CTIL/CNRH/MMA
65 (**Anexo II**) e do Ofício nº 43/2007/CTIL/CNRH/MMA (**Anexo III**), respectivamente, ao
66 Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e ao Presidente do
67 CBH-Doce, conforme decisão da 98ª Reunião da CTIL. O **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-
68 BA/CE) informou sobre o processo de integração dos sistemas de meio ambiente e de
69 recursos hídricos em curso no Estado da Bahia, que resultará em alterações nas respectivas
70 legislações. **Item 2 - Aprovação da ata da 98ª reunião da CTIL:** a ata da 98ª reunião foi
71 aprovada com alterações propostas pela **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias). Antes de
72 avançar a pauta, a pedido, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) submeteu
73 aos presentes as seguintes inversões de pauta: tratar o item 11 antes do item 3, tratar o item 6
74 antes do item 4 e tratar o item 5 antes do item 4, que foram acatadas. Desta forma, a reunião
75 prosseguiu ao **Item 11 - Relato das atividades do GT “Aplicação das diretrizes do PNRH**
76 **aos empreendimentos hidrelétricos”:** a **Sra. Martha Sugai**, Coordenadora do GT, relatou
77 que, após troca de informações eletrônicas e de quatro reuniões, foi elaborado um documento
78 com respostas as indagações constantes do texto “A Outorga e a Utilização de Recursos
79 Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos”.
80 Informou que o documento será encaminhado à CTIL com sugestão de envio à Câmara
81 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, origem da matéria. **Item 3 - Continuação**
82 **da análise da proposta de resolução que “Estabelece diretrizes para proteção e**
83 **conservação da água subterrânea”, encaminhada pela CTAS:** o **Sr. Marco Amorim**, da
84 Secretaria Executiva do CNRH, lembrou que, na sua última reunião, a CTIL acordou pela
85 adequação da matéria quanto aos seus aspectos legais, visando transformá-la em diretrizes e
86 normas gerais, sem estabelecer obrigações aos Estados, tendo, naquela oportunidade,
87 avançado até o seu art. 3º (**Anexo IV**). Acrescentou que, com vista a agilizar os trabalhos, a
88 Secretaria Executiva do CNRH elaborou proposta de resolução substitutiva (**Anexo V**), que
89 conteria concordância do Presidente da CTAS, Sr. João Carlos Simanke de Souza. Por último,
90 informou que a Sra. Patrícia Boson, Conselheira do CNRH pelas Indústrias, enviou sugestões
91 de mudanças à proposta originalmente encaminhada pela CTAS, a qual também foi enviada
92 como documentação desta reunião (**Anexo VI**). Após várias manifestações, os
93 **representantes da CTIL** encontraram dificuldades quanto aos entendimentos técnicos da
94 matéria e também de sua necessidade frente a Resolução CNRH nº 22, 17 e 15. Desta forma, a
95 CTIL decidiu propor uma reunião conjunta com a CTAS para apreciação da matéria.
96 Ademais, foi solicitado que a CTAS apresentasse uma Nota Técnica com exposição de
97 motivos sobre a necessidade de edição da resolução e com esclarecimentos quanto aos seus
98 aspectos conceituais. Os **representantes da CTIL** se comprometeram a encaminhar à
99 Secretaria Executiva do CNRH, até o dia 25 de fevereiro de 2008, as suas dúvidas
100 relacionadas a matéria, de forma que estas fossem dirimidas na Nota Técnica. Registra-se que
101 a realização da reunião conjunta foi decidida por votação: foram favoráveis: MJustiça,
102 MCidades, MME, CERH-BA/CE, Irrigantes, Concessionárias, Indústrias e OTEP (oito
103 votos); foram contrários: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, ANA, Comitês,
104 MIntegração, MMA, CERH-RJ/SP e ONGs (sete votos), os quais consideraram que seria
105 suficiente a designação de um técnico da CTAS para apresentar a matéria na CTIL. Além
106 disto, a solicitação da Nota Técnica também foi objeto de votação: foram favoráveis:
107 MJustiça, CERH-BA/CE, Indústrias, OTEP, Comitês, CERH-RJ/SP e Consórcios (sete
108 votos); foram contrários: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, ANA,
109 MIntegração e MME (quatro votos); abstenções: Irrigantes e MMA (duas). Registra-se o

111 posicionamento do **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e
112 Turismo) que chamou atenção para que a CTIL limitasse aos aspectos legais e institucionais
113 das propostas a ela encaminhadas, pois, nem sempre, os seus representantes terão domínio
114 técnico sobre o mérito das matérias, cuja competência de discussão estaria no âmbito da
115 Câmara Técnica de origem. Às 12h00, a reunião foi interrompida para almoço sendo
116 reiniciada às 14h25. **Item 6 - Análise da Moção CEIVAP nº 003/2006 “que solicita ao**
117 **CNRH análise, aprovação e solicitação de alteração de decreto presidencial com a nova**
118 **delimitação da Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro”, e da Nota Técnica**
119 **ANA nº 101/2007/SAG sobre “alteração na área de atuação do CEIVAP”;** o **Sr. Marco**
120 **Amorim**, da Secretaria Executiva do CNRH, lembrou que o CEIVAP solicitou análise do
121 CNRH sobre sua área de atuação frente a definição das regiões hidrográficas fluminenses pelo
122 CERHI-RJ (**Anexo VII**). Lembrou também que o Sr. Osman da Silva, da ANA, realizou uma
123 apresentação da matéria na 96ª Reunião da CTIL, mas que, naquela oportunidade, os
124 representantes da câmara consideraram prejudicada a tomada de decisão sem uma nota
125 técnica da ANA. Por fim, informou que a ANA encaminhou à Secretaria Executiva do CNRH
126 a Nota Técnica nº 101/2007/SAG (**Anexo VIII**) que apresenta uma proposta de decreto com
127 definição da área de atuação do CEIVAP. Aberto os debates, a **Sra. Martha Sugai**, da
128 COPEL, apontou que a referida nota técnica não conclui se toda a *RH-IX Baixo Paraíba do*
129 *Sul* pertence ou não a bacia do Rio Paraíba do Sul. Apontou também que os contornos do
130 CEIVAP nem sempre coincidiriam com os contornos das regiões hidrográficas fluminenses,
131 como no caso da *RH-II Guandu*. O **Sr. Osman da Silva**, da ANA, explicou que a *RH-IX*
132 *Baixo Paraíba do Sul* compreende dunas e sistemas lagunares de difícil delimitação dos seus
133 divisores hidrográficos, e que, do ponto de vista da ANA, seria importante para a gestão dos
134 recursos hídricos a coincidência de atuação do CEIVAP e do futuro Comitê da *RH-IX Baixo*
135 *Paraíba do Sul*. O **Sr. João Clímaco** (ONGs) indagou se a alteração do decreto mudaria a
136 estratégia de cobrança pelo uso da água na região. O **Sr. Osman da Silva**, da ANA, clareou
137 que a alteração da área de atuação do CEIVAP não acarretaria em mudança na dominialidade
138 dos rios. Além disto, informou que a cobrança já está implementada na região, seja nas águas
139 de domínio da União, seja nas águas de domínio do Estado do Rio de Janeiro. Após demais
140 esclarecimentos, houve concordância com os termos da Nota Técnica nº 101/2007/SAG, da
141 ANA. Entretanto, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), chamando atenção
142 do fato de que o anexo da Nota Técnica da ANA reelabora todo o decreto de instituição do
143 CEIVAP, externalizou sua opinião de que o CNRH deveria ater-se ao pleito do CEIVAP
144 referente a sua área de atuação. Desta forma, sugeriu que a CTIL apenas inserisse no Decreto
145 nº 1.842/96 um parágrafo único com a definição da área de atuação do CEIVAP, nos moldes
146 do parágrafo único do art. 1º do anexo da Nota Técnica da ANA. A sugestão foi acatada por
147 todos os presentes. A **Secretaria Executiva do CNRH** ficou com a responsabilidade de
148 elaborar uma proposta de resolução encaminhando à Casa Civil uma proposta de decreto que
149 acresce o seguinte parágrafo único ao Decreto nº 1.842/96: *a área de atuação do Comitê para*
150 *Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul compreende a região hidrográfica*
151 *delimitada pela área de drenagem da bacia do rio Paraíba do Sul e das bacias contíguas*
152 *situadas no Estado do Rio de Janeiro, com fozes localizadas, em escala 1:1.000.000, entre as*
153 *coordenadas 21°30'20" latitude Sul e 41°04'12,21" longitude Oeste e 22°19'32,45" latitude*
154 *Sul e 41°43'26,10" longitude Oeste*, a qual seria encaminhada para deliberação superior do
155 Plenário do CNRH, com parecer favorável desta CTIL. Por sua vez, o **Sr. Osman da Silva**,
156 da ANA, ficou responsável em elaborar e disponibilizar à Secretaria Executiva do CNRH, até
157 o dia 15 de março de 2008, uma exposição de motivos para futuro encaminhamento da
158 matéria à Casa Civil. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA) apoiaria o Sr. Osman da Silva
159 quanto a metodologia de apresentação da exposição de motivos à Casa Civil. **Item 5 - Análise**
160 **da proposta de resolução que “Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas**
161 **nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”,**
162 **encaminhada pela CTCOST;** com a palavra, o **Sr. Ademilson Zamboni**, Presidente da
163 CTCOST, primeiramente informou sobre o encaminhamento da Nota Técnica nº—
164 01/2007/CTCOST/CNRH/MMA (**Anexo IX**) que contém os princípios que norteariam a

165 proposta de resolução (**Anexo X**), assim como o seu histórico de elaboração. Em seguida,
166 realizou uma apresentação (**Anexo XI**) onde mostrou a preocupação mundial com a
167 integração das gestões costeira e de recursos hídricos, resgatou a criação da CTCOST,
168 apontou os dispositivos legais pertinentes, historiou o processo de elaboração da proposta de
169 resolução e descreveu os seus artigos e os anexos. Aberto os debates, a **Sra. Marina Scalon**
170 (MME) mostrou sua preocupação com a abrangência das áreas delimitadas no anexo da
171 proposta de resolução, especialmente as zonas dinâmica e de influência, pois, no seu
172 entendimento, nestas áreas não há previsão legal de atuação dos órgãos gestores de recursos
173 hídricos, cuja atribuição restringe-se, pela Lei nº 9.433/97, aos limites das bacias
174 hidrográficas. Além disto, pela redação do art. 4º da proposta, poderiam haver interpretações
175 de que as zonas dinâmica e de influência poderiam trazer restrição de uso e exigência de
176 outorga no mar territorial. Assim, sugeriu a supressão deste artigo. Em resposta, o **Sr.**
177 **Ademilson Zamboni** apontou a necessidade de integração da gestão dos recursos hídricos
178 com os sistemas estuarinos e zonas costeiras, conforme inc. VI do art. 3º da Lei nº 9.433/97, e
179 que para efeitos de planejamento, não faria sentido segmentar cada uma destas áreas.
180 Informou que esta integração se dará na zona crítica e que as zonas dinâmica e de influência
181 seriam cenários de estudos. Além disto, acrescentou que a nova gestão de políticas públicas
182 defendida pelo Brasil rompe com as visões segmentadas e setoriais e avança no processo de
183 integração. Explanou que restrição não é proibir o uso, mas sim, dizer como se pode utilizar.
184 Por fim, para ilustrar a atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos nestas áreas, apontou
185 que o Decreto nº 4.895/03 prevê outorga de direito de uso de recursos hídricos, concedida
186 pela ANA, para cessão, pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR, de
187 espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, abrangendo
188 inclusive o mar territorial. O **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE) opinou que integração
189 não significaria usurpação de competência e também que não seria esta proposta de resolução
190 que traria ao mundo jurídico a outorga e a cobrança pelo uso das águas marinhas, e que assim,
191 para efeitos de planejamento, seriam perfeitamente admissíveis as zonas dinâmica e de
192 influência descritas na proposta. O **Sr. Christian Govastki**, do MME, disse que, casos os
193 órgãos responsáveis pela gestão costeira e pela gestão de recursos hídricos não se
194 entendessem, atividades econômicas nestas áreas sofreriam atrasos. O **Sr. Antônio Edson**
195 **Farias**, do MME, disse entender que haveria diferenças entre as zonas dinâmica e de
196 influência continentais e as marinhas, e que, a cada uma, se aplicaria uma legislação
197 específica. Assim, sugeriu que no art. 4º se fizesse referência à área continental. Após as
198 exposições destas diferentes visões, foi consenso entre os **representantes da CTIL** manter o
199 art. 4º mas alterar sua redação para: “as especificidades das Zonas Crítica, Dinâmica e de
200 Influência deverão ser consideradas na formulação das diretrizes para o enquadramento dos
201 corpos d’água, a outorga e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, observada a legislação
202 correspondente a cada um desses instrumentos”. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA)
203 sugeriu cautela no encaminhamento da matéria. Na sua opinião, em função do Plano Nacional
204 de Recursos Hídricos possuir o “Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao
205 Gerenciamento Costeiro”, a matéria deveria ser objeto de apreciação na CTPNRH para
206 avaliação dos seus aspectos políticos, institucionais, técnicos e econômicos (custo e
207 disponibilidade de recursos para atendimento de todo o conteúdo exigido pela proposta de
208 resolução), assim como manifestação se ela encontra-se em consonância com o PNRH, tendo
209 obtido apoio do **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) e da **Sra. Elisa Romano**
210 (Indústrias). A **Sra. Ninon Machado** (ONGs), a **Sra. Neuza Maria de Assis** (CERH-RJ/SP),
211 o **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo), o **Sr.**
212 **Carlos Hugo Suarez** (MJustiça) e o **Sr. Ademilson Zamboni** manifestaram entendimento
213 contrário, dizendo que a resolução do CNRH é que daria as diretrizes de elaboração dos
214 planos de recursos hídricos, inclusive ao PNRH. Ademais, a proposta iria em direção da
215 necessária articulação das políticas públicas. Quanto a preocupação com custos, o **Sr.**
216 **Ademilson Zamboni** apontou que os dados primários já são produzidos e disponibilizados ao
217 público interessado. Não havendo entendimento, o encaminhamento da matéria à CTPNRH
218 foi colocado em votação: foram favoráveis: ANA, SRHU/MMA, Indústrias, OTEP e MME

(cinco votos), foram contrários: MJustiça, CERH-RJ/SP, Comitês, CERH-SE/PI, Irrigantes, Concessionárias, ONGs, CERH-BA/CE, Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo (nove votos). Desta forma, após modificações pertinentes à CTIL, assim como a inclusão no inc. V do art. 3º do seguinte item: “avaliação das influências das correntes marinhas na distribuição dos sedimentos, na alteração do regime hídrico e seus impactos sobre a zona costeira”, proposto pela **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias) que argumentou que as correntes marinhas influenciam a zona costeira; e o deslocamento do parágrafo único do art. 3º para o art. 1º, proposto pelo **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) que argumentou a necessidade de enfatizar a participação e responsabilidade dos governantes no planejamento; a CTIL emitiu seu parecer favorável e solicitou o encaminhamento da matéria para deliberação superior do Plenário do CNRH, na forma do **Anexo XII**. Às 18h45, do dia 20 de fevereiro de 2008, os trabalhos foram encerrados sendo retomados às 09h30, do dia seguinte, na Sala Gavião Real do IBAMA-Centre, quando a **Sra. Manuela Maria Moreira**, coordenadora do GT Representatividade, solicitou inversão de pauta para relatar o Item 13, o que foi acatado pelos presentes. **Item 13 - Relato das atividades do GT “Representatividade”**: a **Sra. Maria Manuela Moreira**, coordenadora do GT, relatou que na 3ª Reunião do GT Representatividade, realizada no dia 19 de fevereiro de 2008, os participantes sugeriram inserções à proposta de resolução que “define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos no CNRH”, e que substituirá a Resolução CNRH nº 14. Disse que estas inserções não alteraram o teor do documento o qual foi considerado apto para ser encaminhado para apreciação da CTIL. Acrescentou que a proposta contempla os anseios manifestados ao longo do ciclo de apresentações sobre o tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH. Finalizou informando que até o dia 07 de março de 2008 os participantes do GT ainda poderão encaminhar comentários finais, e que, após esta data, a proposta será encaminhada à CTIL. **Item 4 - Continuação da análise da proposta de resolução que “Estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não potável de água na modalidade definida na Resolução CNRH n 54, de 28 de novembro de 2005”, encaminhada pela CTCT**: o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) primeiramente lembrou que, na última reunião da CTIL, o Sr. Demetrios Christofidis realizou uma apresentação desta matéria (**Anexo XIII**) mas que a CTIL não chegou a debatê-la. Em seguida, passou a palavra ao **Sr. Wilson Cabral**, Presidente da CTCT, que disse que a proposta regulamentava uma das modalidades de reúso previstas na Resolução CNRH nº 54, qual seja, reúso para fins agrícolas e florestais. Destacou que seu resultado foi fruto de ampla discussão e de consenso entre especialistas da área, sendo de grande contribuição para a preservação do solo e para a proteção da saúde de trabalhadores e consumidores. Além disto, disse que a proposta incentivaria o reúso, poupando as águas de melhor qualidade para usos mais nobres, assim como regulamentaria o mercado de reúso de água já existente no País. Por fim, sugeriu as seguintes inserções à proposta: i) um *considerando* com referências ao Plano Nacional de Recursos Hídricos; ii) descrição da sigla RAS do quadro do art. 4º; e iii) esclarecer que o plano de amostragem citado no §1º do art. 5º refere-se a plano de amostragem para caracterização e monitoramento do reúso. Após esclarecimentos da matéria, a **Sra. Neuza Maria de Assis** (CERH-RJ/SP) opinou que os arts. 3º, 4º e 8º da proposta de resolução seriam definições de padrões de qualidade ambiental, e por isto, seriam atribuições da Política Nacional do Meio Ambiente e do CONAMA, conforme inc. VII do art. 8º da Lei nº 6.938/81: *competem ao CONAMA estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos*. O mesmo entendimento da Sra. Neuza Maria de Assis foi compartilhado pelos **demais representantes da CTIL**, que, por unanimidade, decidiram que a matéria, como estava, não poderia avançar ao Plenário do CNRH. Como sugestão de encaminhamento, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) propôs uma reestruturação da proposta de resolução, de forma a listar primeiramente os artigos de competência do CNRH e posteriormente os artigos com recomendações ao CONAMA sobre os padrões de qualidade (**Anexo XIV**). Para ele, estas recomendações no corpo de uma

273 resolução do CNRH fortaleceria o pleito frente ao CONAMA. Após amplo debate, intervalo
274 de almoço de 12h15 às 14h35, e não havendo consenso, a CTIL votou o seguinte
275 encaminhamento: retorno da matéria para a CTCT informando sobre sua ilegalidade e
276 sugerindo adequações, ou, avanço da matéria ao Plenário do CNRH com adequações a serem
277 efetuadas pela CTIL, nos moldes proposto pelo Sr. Gilberto Canali. Foram favoráveis ao
278 retorno da matéria à CTCT: SRHU/MMA e Concessionárias (dois votos); foram favoráveis a
279 adequação da matéria pela CTIL: CERH-BA/CE, Irrigantes, MCidades, OTEP, CERH-SE/PI,
280 Comitês, MJustiça. CERH-RJ/SP e ONGs (nove votos); abstenções: Indústrias (uma). Em
281 seguida, não havendo consenso e entendimento se a reestruturação sugerida pelo Sr. Gilberto
282 Canali deveria resultar em uma única proposta de resolução, conforme apresentado por ele, ou
283 na divisão da matéria em duas partes, ou seja, uma proposta de resolução com os artigos de
284 competência do CNRH e uma proposta de moção recomendando ao CONAMA os padrões de
285 qualidade definidos nos arts. 3º, 4º e 8º da proposta original da CTCT, este encaminhamento
286 também foi colocado em votação. Foram favoráveis a uma única proposta de resolução:
287 OTEP e Irrigantes (dois votos); foram favoráveis a divisão da matéria: CERH-BA/CE,
288 MCidades, CERH-SE/PI, Comitês, CERH-RJ/SP e ONGs (seis votos); abstenções:
289 SRHU/MMA, Concessionárias, Indústrias e MJustiça (quatro). Registra-se a posição do Sr.
290 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) de que a CTIL não teria competência de
291 alterar substancialmente a proposta de resolução e encaminhá-la diretamente ao Plenário do
292 CNRH, cabendo-lhe, nesse caso, devolver a matéria para a câmara de origem - CTCT - com
293 as recomendações de alteração, acompanhadas das respectivas justificativas. Registra-se
294 também a posição do Sr. **Carlos Hugo Suarez** (MJustiça) que uma resolução do CNRH sem
295 a definição de padrões pelo CONAMA seria inócua e desnecessária no momento. O Sr. **Luis**
296 **Vinícius Costa** (CERH-BA/CE) sugeriu que a futura resolução do CNRH de reúso para fins
297 agrícolas e florestais entrasse em vigor após a definição dos padrões de qualidade, tendo
298 proposto a inserção do seguinte dispositivo: *que a resolução entraria em vigência a partir da*
299 *definição, pelo órgão competente, de padrões de qualidade associados à água de reúso para*
300 *produção agrícola e cultivo de florestas plantadas*. Foram favoráveis a inserção deste
301 dispositivo: OTEP, CERH-BA/CE, MCidades, CERH-SE/PI, Comitês, CERH-RJ/SP e ONGs
302 (sete votos); abstenções: SRHU/MMA, Concessionárias, Indústrias, MJustiça e Irrigantes
303 (cinco); não houve votos contrários. Finalizado as votações, o Sr. **Gilberto Canali** (OTEP)
304 ficou com a responsabilidade de encaminhar à Secretaria Executiva do CNRH, até o dia 26 de
305 fevereiro de 2008, a redação final da proposta de resolução e da proposta de moção
306 considerando os encaminhamentos decididos pela CTIL. O Sr. **Márley Caetano de**
307 **Mendonça** (SRHU/MMA) assumiu o compromisso de levar esta matéria ao conhecimento da
308 “Comissão Permanente de Articulação e Integração do CONAMA e CNRH” para que haja,
309 no âmbito do CONAMA, desdobramentos dos padrões de qualidade de reúso para fins
310 agrícolas e florestais. As propostas finalizadas pelo Sr. Gilberto Canali serão encaminhadas
311 para deliberação superior do Plenário do CNRH, com parecer favorável desta CTIL. **Item 7 -**
312 **Análise da composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias**
313 **Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, frente ao pleito,**
314 **feito em Plenário, de participação do Ministério da Justiça; das Organizações Técnicas e**
315 **de Ensino e Pesquisa; dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias**
316 **Hidrográficas; do CERH-BA/CE; e do CERH-PA/TO na referida Câmara;** o Sr. **Marco**
317 **Amorim**, da Secretaria Executiva do CNRH, informou que na XXI Reunião Extraordinária
318 do CNRH, realizada no dia 10 de dezembro de 2007, o Plenário incumbiu à CTIL de
319 apresentar sugestão para preenchimento das duas vagas restantes da CTCOST, frete aos
320 pleitos de participação do MJustiça; OTEP; Comitês/Consórcios; CERH-BA/CE; e CERH-
321 PA/TO. Lembrou que, quando a CTIL encaminhou ao Plenário do CNRH a proposta de
322 resolução que estabelecia a composição da CTCOST, havia apenas 15 pleitos e que,
323 regimentalmente, as câmaras técnicas do CNRH podem ser constituídas de no máximo
324 dezessete membros. Como o Sr. **Manoel Imbiriba**, presente a esta 99ª Reunião da CTIL,
325 abdicou do pleito e em função das OTEP e dos Comitês/Consórcios já possuírem vaga na
326 CTCOST, conforme Resolução CNRH nº 79 (**Anexo XV**), a CTIL, por consenso, atendeu o

327 pleito do MJustiça e do CERH-BA/CE e estabeleceu a seguinte suplência progressiva: i)
328 OTEP; ii) Comitês/Consórcios; e iii) CERH-PA/TO. A Secretaria Executiva do CNRH ficou
329 com a atribuição de elaborar proposta de resolução alterando a Resolução CNRH nº 79, que,
330 com parecer favorável desta CTIL, seria encaminhada para deliberação superior do Plenário
331 do CNRH. Registra-se o posicionamento do **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) sobre a necessidade
332 de fortalecer a participação da sociedade civil nas atividades do CNRH, dentre elas, das suas
333 Câmaras Técnicas. **Item 8 - Discussão sobre a adoção e implementação de um cadastro de**
334 **entidades civis com atuação em recursos hídricos:** não discutido. **Item 9 - Revisão do**
335 **Regimento Interno do CNRH:** não discutido. **Item 10 - Relato das atividades do GT**
336 **“Água e Florestas”:** não houve. **Item 12 - Relato das atividades do GT “Siapreh”:** não
337 houve. **Item 14 - Assuntos gerais:** o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA)
338 lembrou que ao longo de 2008 haverá uma série de eventos em comemoração aos 10 anos do
339 CNRH. O **Sr. Manoel Imbiriba**, do CERH-PA/TO, anunciou a realização, no dia 13 de
340 março de 2008, em Belém/PA, do I Fórum Nacional de Gestores de Recursos Hídricos.
341 Quanto a próxima reunião da CTIL, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** informou que será
342 agendada de acordo com a demanda. Não havendo mais nada a ser tratado, às 18h45 do dia 21
343 de fevereiro de 2008, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) agradeceu a
344 presença de todos e encerrou os trabalhos da 99ª reunião da CTIL.

345 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 346 - Item 2: ata da 98ª reunião da CTIL foi aprovada com modificações;
- 347 - Item 3: foi solicitado que a CTAS apresente uma Nota Técnica com exposição de motivos
348 sobre a necessidade de edição da resolução e com esclarecimentos quanto aos seus aspectos
349 conceituais, e, além disto, foi proposto uma reunião conjunta da CTIL com a CTAS para
350 apreciação da matéria;
- 351 - Item 4: a proposta original da CTCT foi dividida em duas deliberações: uma proposta de
352 resolução e uma proposta de moção. O Sr. Gilberto Canali apresentará as redações para estas
353 propostas, que, com parecer favorável da CTIL, será encaminhada para deliberação superior
354 do Plenário do CNRH;
- 355 - Item 5: após modificações pertinentes à CTIL, foi emitido parecer favorável à proposta de
356 resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídos nos planos de
357 recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”, e solicitado seu
358 encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- 359 - Item 6: a CTIL concordou com os termos da Nota Técnica nº 101/2007/SAG, da ANA, e
360 atribuiu a Secretaria Executiva do CNRH a tarefa de elaborar proposta de resolução com
361 encaminhamento à Casa Civil de proposta de decreto que acrescentará parágrafo único ao
362 Decreto nº 1.842/96 definindo a área de atuação do CEIVAP, que, com parecer favorável da
363 CTIL, será encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- 364 - Item 7: por consenso, foi atendido o pleito do MJustiça e do CERH-BA/CE e estabelecido a
365 seguinte suplência progressiva: OTEP; Comitês/Consórcios; e CERH-PA/TO. A Secretaria
366 Executiva do CNRH ficou responsável por elaborar proposta de resolução alterando a
367 Resolução CNRH nº 79, e encaminhá-la, com parecer favorável da CTIL, para deliberação
368 superior do Plenário do CNRH;
- 369 - Item 8, 9 e 10: não discutidos;
- 370 - Item 11: o relatório final do GT será encaminhado à CTIL;
- 371 - Item 12: não discutido;
- 372 - Item 13: uma proposta de resolução que “define os procedimentos de indicação dos
373 representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das
374 Organizações Cívicas de Recursos Hídricos no CNRH”, a qual substituirá a Resolução CNRH
375 nº 14, será encaminhada à CTIL.

376

377 Ata aprovada na 100ª Reunião da CTIL realizada em 06 e 07 de maio de 2008.

378

379

380 **Márley Caetano de Mendonça**

381 Presidente da CTIL

Marco Antônio Amorim

Relator da CTIL